

Educação



O livro didático: aventura ou desventura?

Por Rita Maria Decarli Bottega*

A reflexão sobre o espaço que o livro didático¹ tem ocupado em sala de aula requer posicionamentos para além de meras denúncias e críticas ou mesmo de uma simples aceitação imobilista. Pode-se perguntar: discutir sobre livro didático outra vez? Não é já uma questão equacionada, já que se tem um verdadeiro “mural” de críticas a ele e ao professor que o utiliza? Parece-nos que este panorama de críticas serve, em primeira mão, para que se (re) pense sobre o espaço e a função do livro didático na sala de aula, especificamente na área de Língua Portuguesa – objetivo do presente artigo – à luz de uma perspectiva interacionista de linguagem.

Se concebermos a linguagem como forma de interação verbal e social, conforme apresenta Bakhtin (1995), e como espaço de ação entre sujeitos, tal perspectiva nos fornece pistas para

discutirmos sobre a inserção do livro didático em sala de aula e para o espaço que ele pode ocupar.

Tal inserção, principalmente nas aulas de Língua Portuguesa, provocou muitas críticas, algumas delas chegando a sugerir a exclusão do material da sala de aula. Porém, é preciso que reflitamos sobre o porquê de o livro didático ter o espaço que tem em sala de aula, já que este espaço lhe é concedido pelo professor, pela escola e por quem “financia” recursos à educação. O processo de ensino está centrado em alguém, podendo ser o professor, o aluno ou o material didático. Quando centrado neste, professor e alunos têm seus papéis deslocados, já que

Uma proposta de ensino centrada no professor é aquela em que o fio condutor do ensino e aprendizagem é construído pelo professor em interação com seus alunos, mesmo que uma das referências para o andamento do curso seja um ou

mais livros didáticos. Nesse caso, o que determina o ensino é o uso que o professor faz do material didático ao qual tem acesso. Uma proposta centrada no livro didático, por sua vez, tem como fio condutor um plano de trabalho proposto pelo autor do livro didático. O uso do material didático, nesse caso, é redutivo do contexto que se constrói para a aprendizagem.

Como na escolha dos conteúdos, na maior parte dos cursos de português o fio condutor se constrói por meio da interação entre o currículo sugerido para a série e sua organização segundo o livro didático, as possibilidades para o trabalho realizado em sala de aula são reduzidas. Ou seja, o conjunto de subsídios que o professor procura fornecer para que o aluno adquira novos conhecimentos deriva das expansões que o livro didático possibilita: o professor é quase um repetidor do que está no livro. (MATÊNCIO, 1999, p. 92).

Não se trata de, meramente, apresentarmos as denúncias sobre a manipulação a que o livro didático conduz em sala de aula, apostando na posição de um professor “repetidor”, ou

de concordar com a idéia de que o uso do material didático em sala de aula configura-se enquanto aparelho ideológico do estado — a partir de uma visão althusseriana da escola, conforme apresentado por Nosella (1981); Bonazzi e Eco (1980), por exemplo — cuja sugestão é a exclusão do material didático de sala de aula, por promover um mascaramento do mundo real, revelando-se como um “manual a serviço do estado”. Interessa-nos apresentar alguns aspectos voltados ao uso do material didático em sala de aula, enquanto suporte, instrumento de aprendizagem.

Não obstante as inúmeras críticas, o livro didático é muito utilizado no dia-a-dia, em sala de aula, sendo que, em épocas anteriores às do início das aulas (nas semanas pedagógicas, nos momentos de planejamento escolar), ele é folheado pelos professores para a verificação dos conteúdos que propõe e dos textos e atividades que apresenta; em épocas de aula, estudado, copiado e respondido pelos alunos das diferentes séries e graus de ensino. A influência do livro didático, então, não se restringe ao momento da aula, estando ele presente como orientação ao professor, apesar das tantas críticas se lhe atribuem. Então, parece interessante, para além das críticas, encaminhar a discussão a partir da presença do material em sala de aula (que, atualmente, nas escolas públicas, é distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – proposto anualmente pelo governo federal).

O livro didático na sala de aula: pontos e contrapontos

Savioli (1997), na análise sobre aspectos positivos e negativos do livro didático, aponta para uma coexistência de contrários, pois o livro didático pode

funcionar tanto como instrumento de libertação como de opressão. Concebido originalmente como instrumento a serviço do ensino, ele transformou-se rapidamente em mercadoria a serviço do lucro, do mercado editorial. A análise que o autor faz está organizada em “um e outro lado da moeda”.

No primeiro “lado”, há concessões que o livro didático faz em função do atendimento ao mercado de consumo, afastando-se de seu objetivo que seria capacitar o aluno no trato com a linguagem. As concessões referem-se, fundamentalmente, ao atendimento das exigências do mercado, ao “pedagogismo facilitatório” (no qual o critério de seleção dos conteúdos se dá a partir da compreensão de que eles devem ser lúdicos, fáceis e que não exijam muito esforço do aluno, dando a impressão de que se está trabalhando com um conteúdo importante); ao autoritarismo da certeza (com a apresentação de fórmulas rígidas, como se o conhecimento estivesse totalmente construído, como se fosse imutável); à tirania da imobilidade (já que ele não introduz modificações e inovações, contribuindo, através da repetição, para a imobilidade, inclusive do professor, que tem ano após ano as lições repetidas, não atualizando conteúdos de acordo com as alterações da pesquisa científica e dos momentos históricos).

Tais aspectos negativos acabam por tolher a liberdade do aluno que, além de não participar da escolha do livro, vivencia, muitas vezes, uma aula enfadonha e improdutiva, acabando por desenvolver a idéia de que estudar é reproduzir comandos sem criar ou sem ter espaço para a elaboração pessoal, para o diálogo, para a leitura-releitura e escrita-reescrita de textos. Nesse sentido, o livro didático imobiliza/engessa a iniciativa do aluno e do professor, ao invés de fomentá-la,

promovendo, portanto, uma dupla submissão: a do professor e a do aluno, quando não tripla, envolvendo coordenadores pedagógicos da escola e pais que, não raramente, gostam (quando não exigem) de ver todas as páginas do livro ou apostila preenchidas, respondidas pelos estudantes.

Em relação ao outro lado da moeda, há uma tentativa de Savioli em relacionar os pontos positivos do livro didático, apontando para a possibilidade de ele ser um instrumento de libertação, se levados em consideração a portabilidade e o armazenamento do conhecimento que permitem ao aluno recuperar o que foi desenvolvido em sala de aula — proporcionando-lhe uma volta reflexiva ao que foi estudado — em um outro tempo e um outro espaço, sem a interferência do professor, permitindo, inclusive, a participação dos pais e outras pessoas, funcionando como uma síntese do conhecimento; a possibilidade e a oportunidade de socializar experiências pedagógicas bem sucedidas, abrindo espaço para o professor tirar proveito e conhecer outras formas de condução do trabalho em sala de aula, podendo configurar-se em uma oportunidade de interação entre os professores; a possibilidade de estabelecer uma relação interativa do aluno com o livro, situação em que é possível que seja usado e discutido em sala de aula, podendo ser uma oportunidade para a emergência da pluralidade de vozes entre os alunos e o professor; a possibilidade de formar um leitor autônomo (por exemplo, aqueles leitores-alunos que, ainda antes da aula, lêem o texto ou o capítulo previsto para a aula, sem que o professor tenha solicitado; outras vezes, já no início do ano, alguns alunos já lêem todos os textos do livro didático), que seja capaz de “procurar”

o que ler e que lê por conta própria.

A apresentação de um e outro lado da problemática voltada ao uso do livro didático sintetiza o quão complexa é a discussão sobre a presença (e em que nível) do livro didático em sala de aula. Ao mesmo tempo em que os pontos e os contrapontos são expostos, parece-nos ser relevante a observação sobre as formas de utilização de tal material. Acreditamos que o livro didático, na mão de um professor não instrumentalizado — termo aqui entendido como clareza teórica, inclusive dos pressupostos da concepção de linguagem que segue, suficiente para questionar, propor e adequar o que é apresentado pelo material didático, qualquer que seja ele — é uma forma de opressão em função de que impõe um programa pronto, seleciona o conteúdo, o encaminhamento didático-pedagógico, as atividades e a avaliação, direcionando uma concepção de linguagem e trazendo uma análise teórica dos fatos lingüísticos que não propicia ao aluno instrumentos para ser um usuário competente da linguagem.

Uma forma de liberdade em relação ao uso do livro didático seria a ação de um professor instrumentalizado, cuja visão crítica da linguagem permitiria acionar sua competência pedagógica selecionando o que, como e quando ensinar/avaliar o que ensina. Em suma: um professor que tivesse clareza dos pressupostos da concepção de linguagem que segue, e, em decorrência disso, fosse capaz de utilizar um vasto e variado material (podendo ser um deles o livro didático) em sala de aula, adaptando-o à situação de ensino-aprendizagem, aos objetivos e aos conteúdos propostos. Nessa perspectiva, o material didático é compreendido como um instrumento, um material de apoio, como outros tantos, em prol da

aprendizagem.

Nesse sentido, não reiteramos o “determinismo” com que a relação professor/aluno/livro didático é, muitas vezes, tratada em sala de aula, como se este definisse e fixasse todo o processo de ensino, sendo o professor e o aluno meros receptáculos de informações e encaminhamentos metodológicos já prontos e previsíveis. Se admitirmos sujeitos que agem com a linguagem, interessa-nos também concebermos o professor como profissional-sujeito que pode escolher, selecionar, concordar e discordar do proposto pelos materiais didáticos. Se admitirmos ainda que a linguagem é dialógica, na acepção Bakhtiniana, o exposto no livro didático não passa de um ponto de vista, de uma leitura sobre o mundo; perpassada e crivada por outras leituras.

Enfim, as considerações expostas demonstram que, com o material didático, a atuação do professor é determinante para que o referido material deixe de ser o centro e passe a ser uma referência de textos, como tantas outras; pode não ser a melhor, é mais uma, dentre tantas. Nesse sentido, o livro didático pode conviver com outros variados materiais de referência ou consulta em sala de aula. Qualquer material que seja considerado “verdadeiro”, perene e único, passa por um processo de “didatização”, cristaliza-se, torna-se didático. Talvez a aposta seja para que a variedade ganhe mais espaço e, no caso de trabalho em Língua Portuguesa, interessa, particularmente, a variedade de linguagens — gêneros textuais, conforme Dionísio (2002) — e de temas.

Se o livro didático apresentar-se como uma das referências (dentre tantas outras) ao docente (referências de tipos de texto, de encaminhamentos de leitura, de produção de textos e de ensino de gramática), será para o professor uma aventura: a de encontrar

e propor para cada aula, para cada situação, a forma mais adequada de conduzir o processo ensino-aprendizagem ao momento, à turma, aos objetivos, às discussões encampadas pela sociedade e presentificadas nos textos; se, ao contrário, o livro didático servir como única e fixa referência, até por ser de acesso mais próximo, com textos já impressos (apesar de, na maioria das vezes, estarem incompletos), na mão de todos os alunos, sem discussão, debate, o trabalho será de desventura. Na aventura, professores e alunos saem ganhando, e muito, pelos diálogos, discussões, aprendizagens, críticas e análises, enfim, no trato com a linguagem. Aventurar-se pelos caminhos que podem ser trilhados e (re)trilhados cotidianamente no espaço da sala de aula é, talvez, o maior desafio que se impõe ao professor.

* Professora de Prática de Ensino do Curso de Letras-Português da Unioeste – *Campus* de Marechal Cândido Rondon. Mestre em Lingüística e Língua Portuguesa.

Notas

¹ Quando citamos “livro didático”, referimo-nos a todos os materiais utilizados freqüentemente no cotidiano escolar; materiais de manuseio/estudo de professores e alunos (livros, apostilas, encartes, por exemplo).

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
 BONAZZI, M.; ECO, U. *Mentiras que parecem verdades*. São Paulo: Summus, 1980.
 DIONÍSIO, A. P. et. all. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
 GERALDI, J. W. *Portos de Passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
 MATÊNCIO, M. L. *Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento*. Campinas/SP: Mercado das Letras, 1994.
 NOSELLA, M. D. *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*. 10. ed. São Paulo: Moraes, 1981.